

Distribuidora de colírio é interdita

Filial de empresa mineira no Rio, que fornece medicamentos para vários hospitais, não tinha alvará sanitário para operar

DANIELA DARIANO

A distribuidora Mediphacos, que revendeu metilcelulose contaminada com bactérias a pelo menos três hospitais do Rio, funcionava no Estado dentro de um escritório clandestino, na Avenida Presidente Vargas, Centro. Sem alvará sanitário ou autorização para funcionar, segundo informou a Secretaria Estadual de Saúde (SES), a filial fluminense da Mediphacos, que tem sede em Minas Gerais, foi interdita no fim da tarde de ontem. O Methyl Lens Hypak 2% – medicamento fabricado pelo também interdito laboratório Lenssurgical Oftalmologia e suspeito de ter cegado pelo menos 10 pessoas em operações para a retirada de catarata – segundo nota de esclarecimento do Hospital do Fundão, “era largamente distribuído a inúmeros hospitais do Rio e de outros estados pela Mediphacos”.

Segundo a SES, por causa das denúncias publicadas no

Jornal do Brasil, a Vigilância Sanitária Estadual foi ontem inspecionar o escritório da Mediphacos, onde foram encontradas diversas irregularidades na documentação, que motivaram o fechamento da distribuidora. Técnicos da Vigilância afirmam que estão fazendo levantamento de todas as pessoas submetidas à cirurgia de catarata desde junho do ano passado, mês de fabricação do primeiro lote do produto ilegal. Todos os medicamentos usados nessas cirurgias estão sendo rastreados para a identificação de origem, licença e validade.

Hoje, o delegado-titular da Delegacia de Repressão a Crimes contra a Saúde Pública, Renato Nunes, vai ouvir o oftalmologista Evandil Bandeira, que operou duas das vítimas da metilcelulose. Segundo o delegado, poderão ser responsabilizados por adulteração de me-

dicamento e lesão corporal dolosa o fabricante e o distribuidor do medicamento, além dos hospitais que o utilizaram.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) pediu ajuda à Polícia Federal para tentar localizar os donos do laboratório Lenssurgical. A agência afirma que a existência de duas empresas registradas no endereço do laboratório, em Campinas, leva a concluir que houve associação empresarial para cometer “fraudes criminosas contra a saúde pública”.

Também está marcado para hoje o depoimento da microbiologista do laboratório Silo Isabel Ferreira, que fez seis análises de amostras do medicamento em dezembro do ano passado, a pedido do Hospital de Olhos Niterói, e detectou contaminação bacteriana em cinco delas. O delegado Renato Nunes disse que, se ficar comprovado que a

Anvisa foi negligente na fiscalização, seus diretores serão convocados. A polícia investiga o motivo de a Anvisa ter sido notificada em 10 de janeiro sobre a contaminação do medicamento e, apesar disso, só ter interdito o laboratório em 4 de fevereiro.

Hoje também, de manhã, a passadeira Leontina Viana Lopes, 64, será a primeira a depor. Ela perdeu o olho esquerdo durante procedimento cirúrgico na Santa Casa de Misericórdia em que foi usada o Methyl Lens Hypac, infectado pela bactéria *Enterobacter cloacae*.

Há suspeitas de que o Brasil tenha mais de 200 vítimas de infecção por contaminação do medicamento. Casos ocorridos em São Paulo são atribuídos à metilcelulose fabricada por outro laboratório, interdito em maio deste ano. Os cinco primeiros casos ocorridos no Rio foram registrados em novem-

bro no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, da UFRJ. Em dezembro, o Hospital de Olhos de Niterói teve três casos, que foram comunicados às vigilâncias sanitárias estadual e federal. Mas o produto contaminado continuou sendo usado em outros hospitais como a Santa Casa, que não foi infor-

mada pelos órgãos responsáveis sobre o risco do medicamento.

A Anvisa, que só publicou a interdição do medicamento em *Diário Oficial* no dia 6 de fevereiro, afirmou que os hospitais não agiram corretamente ao comprar o medicamento.

Segundo o gerente-geral de Inspeção de Medicamentos da Anvisa, Antônio Carlos da Costa Bezerra, os hospitais só podem comprar medicamentos nacionais que tenham certificados de aprovação da Anvisa. No caso de medicamentos internacionais, deve ser exigido um laudo do laboratório fabricante

comprovando que o produto é legal.

O Hospital do Fundão confirmou que cinco casos de infecção intra-ocular foram detectados em 27 de novembro do ano passado. Embora testes laboratoriais não tenham confirmado a contaminação do medicamento, o hospital interrompeu as cirurgias e o Methyl Lens Hypak não voltou a ser utilizado, pois quando as operações foram retomadas o medicamento já havia sido retirado do mercado pela Vigilância Sanitária.

Os hospitais que usaram a metilcelulose contaminada alegam que não foram alertados sobre o risco pela Anvisa. A direção do Hospital do Fundão, em nota de esclarecimento, afirma que “a ocorrência recente de mais de 200 casos de infecção oftalmológica (...) indica que a população e o sistema hospitalar e de saúde estão sob ameaça de um processo de produção e distribuição de medicamentos ainda vulnerável a fraudes e atos ilícitos”.

“ Os hospitais têm que checar a procedência dos remédios ”

RENATO NUNES
DELEGADO

“ Há fortes indícios de práticas criminosas ”

NOTA OFICIAL
ANVISA

“ A população e o sistema de saúde estão sob ameaça ”

AMÂNCIO DE CARVALHO
DIRETOR DO HOSPITAL DO FUNDÃO